


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66



4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 80/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RONDON E A EMPRESA ROSÂNGELA MARIA GALINDO.

O MUNICÍPIO DE RONDON – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, escrito no CNPJ/MF sob n.º 75.380.071/0001-66, estabelecida na Avenida Paraná, 155, denominada a partir deste, simplesmente de MUNICÍPIO, através do seu representante Legal, Prefeito Municipal Senhor ROBERTO APARECIDO CORREDATO, brasileiro, casado, RG nº 3.003.952-1/PR., e do CPF nº 548.223.009-00, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa Rosângela Maria Galindo, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua da Divisa, 519 - CEP: 87.215-000 - BAIRRO: Centro, cidade de São Manoel do Paraná/PR, inscrita no CNPJ sob nº 19.718.615/0001-86, neste ato representada por seu PROPRIETÁRIA, a Senhora Rosângela Maria Galindo, portadora da Cédula de Identidade nº 6.437.756-6, e do CPF nº 965.608.279-68, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo de Contrato, com aplicação subsidiária na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua atual redação e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições da **Pregão nº 104/2021**, expedido para **Contratação de empresa especializada para realizar oficina de teatro, oficina de violão e ukelele e oficina de sopro e percussão, por um período de 12 (doze) meses, com entrega de apresentações de acordo com a necessidade do município**, pelos termos da proposta da Contratada datada de 29/12/2021 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

Cláusula Primeira: Objeto

O presente termo aditivo tem por objeto de prorrogar a vigência do supracitado contrato por mais 12 (doze) meses, com início em 29/12/2025 e término em 28/12/2026, tendo em vista a economicidade e vantajosidade para a administração, conforme o disposto no Art. 57, Inc II, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único – Devido à prorrogação do prazo de vigência, ao valor do contrato fica acrescido R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), perfazendo um valor total contratual de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais).

Cláusula Segunda: Disposições Gerais

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original desde que não colidam com as deste Termo.

E, por assim estarem as partes ajustadas, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rondon, 17 de dezembro de 2.025.

MUNICÍPIO DE RONDON
CONTRATANTE


ROSÂNGELA MARIA GALINDO
CONTRATADA

1ª _____

2ª _____

DE ACORDO E REVISTO POR:

THIAGO DE BRITO DORNE
OAB-PR. 51447 – ASSESSOR JURÍDICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 3632/2025.

“Dispõe sobre recesso nas repartições públicas municipais, face as festividades alusivas ao período natalino e as festividades alusivas de final de ano.

GILBERTO CASTIGLIONI, Prefeito Municipal de Guaporema - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 62, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO as festividades natalícias e de final de ano;

CONSIDERANDO a necessidade de paralisação dos serviços públicos não essenciais nestes dias comemorativos;

DECRETO:

Art. 1º - Fica decretado “RECESSO” nas repartições públicas municipais, no período de 22 de dezembro de 2025 (segunda-feira) a 05 de janeiro de 2026 (segunda-feira), tendo em vista as festividades alusivas ao período natalino e de final de ano, permanecendo inalterado os demais serviços sociais.


Art. 2º A secretaria Municipal da Saúde e demais serviços considerando sua natureza essencial e de relevante interesse público, manterá atendimentos de urgência e emergência no período de recesso, mantidas as escalas mínimas de atendimento nas UBS e nos demais serviços essenciais, atendendo a orientação do Ofício Circular nº 41/2025 da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e da Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde (DVASM/COAS/DAV), bem como, orientação da 13ª Regional de Saúde.

Art. 3º. As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas, conforme o interesse da administração.

Art. 4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições contrárias;

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaporema – Pr., nos dias vinte e cinco de dezembro de dois mil e vinte e cinco (17/12/2025).

GILBERTO CASTIGLIONI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

Decreto n.º 3631/2025.

Ementa: Dispõe sobre a EXONERAÇÃO, de Cargo de Efetivo e, dá outras providências.

Preâmbulo: Eu, Gilberto Castiglioni, prefeito do Município de Guaporema – Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, especialmente com embasamento no artigo 83, inciso II, da Lei Orgânica,


Determino:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido (a) a partir do dia 18/12/2025 o (a) Sr. (a) **IARA MENEZES RIBEIRO LEITE**, do cargo de AUXILIAR EM SAUDE BUCAL.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor nesta data, revogando-se disposições contrárias. Publique-se, registre-se, archive-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal da Cidade de Guaporema – Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de Dezembro ano de Dois Mil e Vinte e Cinco.

Gilberto Castiglioni
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

Documentos para Contratação junto a Prefeitura Municipal de Guaporema:

- ✓ Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, à época da posse;
- ✓ Ter aptidão física e mental para o exercício do cargo, atestado por inspeção de saúde, de caráter eliminatório. Caso seja considerado inapto, não será admitido e perderá automaticamente a vaga;
- ✓ Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- ✓ Estar quite com o serviço militar, quando couber;
- ✓ Haver votado nas últimas eleições realizadas antes das inscrições ou ter justificado a ausência, quando for o caso;
- ✓ Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelo **CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DO FÓRUM**;
- ✓ Fotocópia de documento que comprove a escolaridade, conforme requisito para o cargo;
- ✓ Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento, da cédula de identidade, do título de eleitor, do CPF e do PIS/PASEP;
- ✓ Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde o mesmo esta regularmente matriculado;
- ✓ CPF dos dependentes;
- ✓ Carteira de Vacinação dos filhos com idade de até 06 (seis) anos;
- ✓ 01 foto 3X4;
- ✓ Comprovante de Residência – Atualizado com menos de 60 dias;
- ✓ Não estar afastado junto ao INSS na data limite para admissão;
- ✓ Não receber proventos de aposentadoria conforme teor do Artigo 37, Parágrafo 10 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e nem estar com idade de aposentadoria compulsória;
- ✓ Declaração de vacinação;
- ✓ Diploma e/ou Certificado de conclusão do curso específico, reconhecido pelo MEC;
- ✓ Apresentar Declaração de imposto de Renda caso possuir;
- ✓ DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS (assinada na prefeitura);
- ✓ DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES (assinada na prefeitura);
- ✓ DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI DEDITITO POR JUSTA CAUSA (assinada na prefeitura).



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

EDITAL DE CONVOCACÃO N.º 016/2025.

Ementa: Dispõe sobre a convocação de aprovados, em virtude da realização de Concurso Público efetuado pelo Município de Guaporema – Estado do Paraná e, dá outras providências.

Preâmbulo: Eu, Gilberto Castiglioni, prefeito do Município de Guaporema – Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, observando especialmente a Lei Orgânica do Município,

RESOLVO:

Art. 1º - Convocar os candidatos adiante nominados, aprovados em Concurso Público, realizado nos termos do Edital de Concurso Público n.º 001/2023, com o resultado final devidamente divulgado em conformidade com o Edital de Concurso Público n.º 001/2023-M e homologado através do Decreto n.º 3266/2024.

NOME

CARGO

DIONIS OLIVEIRA VIEIRA
LUCIANI GODEGUEZI AGOSTINIS DE OLIVEIRA

OPERADOR DE MÁQUINAS
OFICIAL ADMINISTRATIVO

Art. 2º - Os candidatos terão até o dia 22/12/2025, para comparecer à sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA, sito na Rua Pará n.º 86, para assumir o cargo para o qual foi habilitado através do já mencionado no Concurso Público.

Art. 3º - Os candidatos convocados deverão comparecer munidos das documentações exigidas, de conhecimento dos mesmos, através do Edital de Concurso Público.

Art. 4º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Publique-se, registre-se, archive-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura municipal de Guaporema, aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Gilberto Castiglioni
Prefeito Municipal



CICONOP
Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná
CNPJ: 01.178.931/0001-47
www.ciconop.com.br

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 194/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2024

Objeto: Contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde e correlatos para fornecimento de consultas especializadas, cirurgias, médicos generalistas apenas para plantões, sessões, exames especializados, procedimentos, órteses, próteses e meios de locomoção, (OPM), bolsas de colostomia/ileostomia, para a população dos municípios consorciados através do Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná - CICONOP, os quais serão prestados nos laboratórios, consultórios próprios dos prestadores ou nos ambulatórios do CICONOP conforme edital de credenciamento 03/2024.

Valor: De acordo com a Tabela de Procedimentos - **Resolução 70/2024**
www.ciconop.com.br - Credenciamento nº 03/2024, Anexo VII.
Dotação Orçamentária: 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.30.00 - Fontes 01001 e 01499 – 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.39.00 - Fontes 01001, 01499 e 31.321.
Vigência: 18 de dezembro de a 09 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento nº	CNPJ Nº	EMPRESA CONTRATADA
194/2025	64.031.520/0001-44	AJP SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Cianoorte-Pr, 18 de dezembro de 2025.

Marco Antonio Franzato
Presidente
Original assinado no processo



CICONOP
Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná
CNPJ: 01.178.931/0001-47
www.ciconop.com.br

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 192/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2024

Objeto: Contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde e correlatos para fornecimento de consultas especializadas, cirurgias, médicos generalistas apenas para plantões, sessões, exames especializados, procedimentos, órteses, próteses e meios de locomoção, (OPM), bolsas de colostomia/ileostomia, para a população dos municípios consorciados através do Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná - CICONOP, os quais serão prestados nos laboratórios, consultórios próprios dos prestadores ou nos ambulatórios do CICONOP conforme edital de credenciamento 03/2024.

Valor: De acordo com a Tabela de Procedimentos - **Resolução 70/2024**
www.ciconop.com.br - Credenciamento nº 03/2024, Anexo VII.
Dotação Orçamentária: 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.30.00 - Fontes 01001 e 01499 – 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.39.00 - Fontes 01001, 01499 e 31.321.
Vigência: 18 de dezembro de a 09 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento nº	CNPJ Nº	EMPRESA CONTRATADA
192/2025	63.629.744/0001-90	FREDERICKA WALESKA STRICKERT LTDA

Cianoorte-Pr, 18 de dezembro de 2025.

Marco Antonio Franzato
Presidente
Original assinado no processo

Prefeitura Municipal de São Tomé
C N P 375 381 178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 - FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280
prefeiturassotome@gmail.com
CEP: 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

DECRETO Nº 1.422/2025

Altero o art. 25 do Decreto nº 689/2018, que institui o Gerenciamento Eletrônico do ISSQN e regulamenta a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e no Município de São Tomé, para dispor sobre o prazo para cancelamento da NFS-e pelo emitente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei,

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 25 do Decreto nº 689, de 07 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado disponibilizado pelo Município, acessível pelo endereço eletrônico www.sotome.pr.gov.br, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da sua emissão, desde que não tenha ocorrido o pagamento do imposto, seja por retenção ou não.

PAÇO MUNICIPAL “ANTONIO ARICINI DA SILVA” DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI
Prefeito



Prefeitura Municipal de São Tomé
C N P 1_375 381 178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 - FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280
E-MAIL: prefeiturassotome@gmail.com
CEP: 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2025

PROCESSO DISPENSA Nº 33/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, Estado do Paraná, torna público que às 07:01 do dia 23/12/2025, fará realizar na Prefeitura Municipal de São Tomé, à Praça Professor Pedro Fecchio, 248, **Processo dispensa**, conforme especifica abaixo:

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTRUTURA DE PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO E ATRAÇÕES PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, EVENTO QUE SE REALIZARÁ EM 31/12/2025.

VALOR MÁXIMO – O valor máximo para a aquisição é de R\$ 24.700,00 (Vinte e Quatro Mil e Setecentos Reais).

O Critério de julgamento será o menor preço por lote.


Data da Sessão: 23/12/2025 às 07h:00min

Horário da Fase de Lances: Das 07h até 13h


O Edital estará à disposição dos interessados na plataforma eletrônica www.comprasbr.com.br, maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones 044 3607-1280.

São Tomé, 18 de dezembro de 2025.

BRUNO GABRIEL BARBIERI DO NASCIMENTO
Agente de Contratação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66



EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 110/2025
Pregão nº 77/2025

Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a F. H. MATSUDA MONITORAMENTO E INTERNET LTDA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto Contratação empresa especializada em serviços de comunicação de dados e de acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet), através de link via Fibra Ótica, com fornecimento de IP FIXO, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Administração Municipal, pelo período de 12 meses, com fornecimento total dos equipamentos (em comodato) necessários à execução dos serviços.

Valor: R\$ 70.800,00 (Setenta Mil e Oitocentos Reais)

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em parcelas mensais, vencíveis até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes da presente licitação ocorrerão por conta de recursos próprios do município, através da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

UNFUNCAO	SUBFUN	PROG	DEST	PROJ	AT	PROJAT	CAT	ECON	FONTE
0502	04	122	1	2	08	Manutenção do Sistema de Comunicação	3.3	90.39.00.00	OUTROS SER. DE TERCEIROS - PJ

Duração: O Presente contrato terá duração até o dia 18/12/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Foto: da Comarca de Cidade Getúlio - Pr.

Data da assinatura: 18/12/2025.

Rondon – Pr, 18 de dezembro de 2025.

Roberto Aparecido Corredato
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ torna público que fará realizar, às 09h00min do dia 12 de fevereiro de 2026, na plataforma BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, a **CONCORRÊNCIA**, na forma **Eletrônica**, sob regime de empreitada por preço global, tipo **MENOR PREÇO**, das seguintes obras:

Local do objeto	Objeto	Quantidade	Prazo de execução
Conjunto Habitacional Raul José Monteiro e Golden Park	Construção de Casas Habitacionais	25 unidades	365 dias

A pasta técnica com o inteiro teor do edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no site eletrônico da Prefeitura, www.saomanoeldoparana.pr.gov.br e na plataforma BLL – <https://www.bll.org.br>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação pela plataforma.

São Manoel do Paraná, 18 de dezembro de 2025.

Vitor Hugo Rodrigues
Prefeito Municipal
Município de São Manoel do Paraná



CICONOP
Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná
CNPJ: 01.178.931/0001-47
www.ciconop.com.br

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 193/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2024

Objeto: Contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde e correlatos para fornecimento de consultas especializadas, cirurgias, médicos generalistas apenas para plantões, sessões, exames especializados, procedimentos, órteses, próteses e meios de locomoção, (OPM), bolsas de colostomia/ileostomia, para a população dos municípios consorciados através do Consórcio Público Inter municipal do Centro Noroeste do Paraná - CICONOP, os quais serão prestados nos laboratórios, consultórios próprios dos prestadores ou nos ambulatórios do CICONOP conforme edital de credenciamento 03/2024.

Valor: De acordo com a Tabela de Procedimentos - **Resolução 70/2024**
www.ciconop.com.br - Credenciamento nº 03/2024, Anexo VII.
Dotação Orçamentária: 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.30.00 - Fontes 01001 e 01499 – 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.39.00 - Fontes 01001, 01499 e 31.321.
Vigência: 18 de dezembro de a 09 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento nº	CNPJ Nº	EMPRESA CONTRATADA
193/2025	63.606.846/0001-98	EC DE ANDRADE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Cianoorte-Pr, 18 de dezembro de 2025.

Marco Antonio Franzato
Presidente
Original assinado no processo

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
ASSOCIADO AO CONSORCIO PÚBLICO CISPAR
Rua Sofia Tachini, 237 - Jardim Bela Vista - Fone/Whats: (44)3110-1346 / 99916-0638
CNPJ: 08.909.090/0001-44 - CEP: 87.230-000 - JUSSARA - PARANÁ
e-mail: atendimento@jussara.jussara.com.br

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025

Considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte do setor competente e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via dispensa de licitação, posto que:

- 1) o valor está adequado ao teto estabelecido no art. 75, caput, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 2) não foi despendido por este órgão, neste exercício financeiro, mais do que o valor previsto no item "1" acima, nos termos do art. 75, §1º, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 3) o somatório da despesa abaixo referida, somada com outros objetos da mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade, não ultrapassou o valor previsto no item "1" acima, nos termos do art. 75, §1º, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

OBJETO	Contratação de Empresa especializada em administrar programas de estágio para intermediar a realização de estágio remunerado no âmbito deste SAMAE de Jussara/PR, por alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de Educação Superior, vinculados ao ensino público e particular, mediante a concessão de Bolsa de Estágio com prestação de serviços pelo período de 12 (doze) meses.
VALOR	R\$ 17.791,20 (dezessete mil, setecentos e noventa e um reais e vinte centavos)
FORNECEDOR	FUNDAÇÃO CANDIDO GARCIA - FUNCANDIDO
CNPJ	04.166.662/0001-97

Fica a dispensa devidamente RATIFICADA e APROVADA em todos os seus termos e atos.

Publique-se o presente ato de dispensa.

Jussara, 17 de dezembro de 2025.

Valter Luiz Bossa
Diretor Geral do SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 381/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

C O N C E D E R – A Servidora Pública Municipal senhora Cleonice Fernandes, licença para tratamento de saúde por tempo indeterminado, em virtude de doença, a partir de 18/11/2025, conforme dispõe o Artigo 96, da Lei Municipal nº 1.710/2019 de 30/10/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUATO
Aos 18 de dezembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 378/2025

CONCÉDER – Aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, Férias Regulamentares, conforme dispõe o Artigo 77 do Regime Jurídico Único, Lei Municipal nº 1.710/19.

JUSSARA REGINA BARBOSA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/06/2024 a 01/06/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11562/25.

JUSSARA REGINA BARBOSA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 15/03/2024 a 14/03/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11576/25.

KARINA FORTINI BARZOS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 07/08/2023 a 06/08/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11576/25.

LEILIANE FERREIRA ANDREACI – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/01/2024 a 31/12/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11542/25.

LEILA APARECIDA TIBÉRIO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/05/2024 a 01/05/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11552/25.

LINDWEST TENORIO BEZERRA GALVÃO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/01/2025 a 01/01/2026, com o período de concessão para 12/01/2026 a 24/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11773/25.

LOURIVAL MINOATI MORGUCHI – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 05/08/2023 a 04/08/2024, com o período de concessão para 01/01/2026 a 30/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11773/25.

LUCAS DOS SANTOS ALVES DAS COSTA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 13/09/2024 a 12/09/2025, com o período de concessão para 01/12/2025 a 20/12/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11512/25.

LUCIANA MONICA DA SILVA SOUZA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 17/02/2024 a 16/02/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 04/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11786/25.

LUCILANE RODRIGUES DE LIMA DA COSTA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/05/2024 a 01/05/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 24/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11542/25.

LUIZ CARLOS RIBEIRO SALVADOR – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2023 a 20/03/2024, com o período de concessão para 26/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11547/25.

LUZINETE BARBOSA DA SILVA CARVALHO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 03/11/2023 a 02/11/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 04/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11761/25.

MARIA APARECIDA CARDOSO LUCINDO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 15/02/2023 a 14/02/2024, com o período de concessão para 26/01/2026 a 14/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11732/25.

MARCIA REGINA PIVATO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 12/01/2025 a 11/01/2026, com o período de concessão para 12/01/2026 a 10/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11550/25.

MARIANA GUIDES ROCHA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 23/10/2024 a 22/03/2025, com o período de concessão para 19/01/2026 a 28/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11772/25.

MARIANA TENORIO BEZERRA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/11/2024 a 01/11/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 24/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11520/25.

MARCIO OLIVEIRA APOLINÁRIO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 05/06/2022 a 04/06/2023, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11430/25.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUATO
Aos 16 de dezembro de 2025.

Moacir Luiz Pereira Valentini
PREFEITO MUNICIPAL

APMIF
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, INFÂNCIA E A FAMÍLIA DE JUSSARA
AVENIDA NAPOLEÃO MOREIRA DA SILVA, 402
CELULAR E WATS (44) 98811-8725 EMAIL: apmif@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.487/0001-32
JUSSARA-PR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2025
ASSEMBLEIA GERAL ELETIVA

O Presidente da Associação de Proteção à Maternidade, Infância e a Família de Jussara, Senhor Rodrigo Aparecido Manzini, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao Artigo 35 do Estatuto Social, convoca todos os associados para participarem da Assembleia Geral Eletiva, a realizar-se no dia 22 de janeiro de 2026, às 19h00min, na Sede da APMIF, situada à Avenida Napoleão Moreira da Silva n.º 402, Centro, Jussara, Estado do Paraná. Conforme estabelece o Artigo 35 do Estatuto Social, a Assembleia Geral Eletiva instalar-se-á:

- Em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta (51%) dos associados com direito a voto;
- Em segunda convocação, após intervalo de 30 (trinta) minutos, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados com direito a voto.

A Assembleia terá a seguinte Ordem do Dia:

- I – Eleição da Nova Diretoria Social e do Conselho Fiscal;
- II – Posse dos Eleitos.

Os associados que desejarem concorrer aos cargos da Diretoria Social e do Conselho Fiscal, observadas as condições e requisitos previstos no Estatuto Social, deverão inscrever suas chapas conforme modelo fornecido pela APMIF, protocolando a inscrição até o dia 02 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE E AFIXE
Jussara-PR, 18 de dezembro de 2025.

Rodrigo Aparecido Manzini
Presidente da APMIF

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 374/2025

RESOLVE:

C O N C E D E R – Aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, Férias Regulamentares, conforme dispõe o Artigo 77 do Regime Jurídico Único, Lei Municipal nº 1.710/19.

ADENIR APARECIDO CASTORINO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 07/01/2025 a 06/01/2026, com o período de concessão para 02/01/2026 a 31/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11653/25.

ADRIANA SILVA BARBOSA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 07/01/2023 a 06/01/2026, com o período de concessão para 05/01/2026 a 19/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11599/25.

ALINE PACHECO DE PAIVA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/06/2023 a 31/05/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 19/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11798/25.

ALOIZ PEREIRA DA SILVA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 09/01/2024 a 08/01/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 19/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11842/25.

ALANA CAROLINE MIRANDA GRESAN – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 14/09/2023 a 13/09/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 24/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11582/25.

ANA CAROLINA BASSO MORENO NUNES – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/08/2024 a 01/05/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 10/12/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11575/25.

ANA CLAUDIA DE SOUZA MENEZES – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2024 a 31/03/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11575/25.

ANA LUCIA DE ARAUJO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/10/2024 a 30/09/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11583/25.

ANA PAULA CARDOSO SILVA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 14/09/2023 a 13/09/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11583/25.

ANA PAULA PAVELOSKI ROMERO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 31/03/2024 a 30/03/2025, com o período de concessão para 01/12/2025 a 10/12/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11436/25.

ANDERSON JACOMINI MENEZES – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 03/02/2025 a 02/02/2026, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11598/25.

ANDRE GIROTTO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 06/04/2024 a 05/04/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11719/25.

ANGELICA DE ARAUJO SOUZA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/03/2024 a 28/02/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 19/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11512/25.

ANGELICA GONÇALVES DA SILVA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/10/2024 a 30/09/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11532/25.

ANGELITA MARIA TREVISAN BOSSA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 12/08/2023 a 11/08/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11506/25.

ALLAN RODRIGO DO CARMO GALVÃO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/01/2025 a 01/01/2026, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11502/25.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUATO
Aos 16 de dezembro de 2025.

Moacir Luiz Pereira Valentini
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 378/2025

RESOLVE:

C O N C E D E R – Aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, Férias Regulamentares, conforme dispõe o Artigo 77 do Regime Jurídico Único, Lei Municipal nº 1.710/19.

MARIA SERLA SOARES DOS SANTOS VIEIRA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/09/2023 a 01/09/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11778/25.

MARIA LUCILENE DE SOUZA BAZARIN – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 25/03/2024 a 24/03/2025, com o período de concessão para 17/01/2026 a 15/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11529/25.

MARLENE APARECIDA DE SOUZA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2024 a 31/03/2025, com o período de concessão para 12/01/2026 a 31/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11519/25.

MICHELLE BUHER DOS SANTOS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 10/04/2025 a 09/04/2026, com o período de concessão para 02/01/2026 a 31/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11796/25.

MICHELLE LEME LAZARINI – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 17/04/2024 a 16/04/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11501/25.

NILCEIA REGINA DE MATOS DOS SANTOS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/01/2024 a 01/01/2025, com o período de concessão para 15/01/2026 a 13/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11444/25.

PAULO CEZAR DAS NEVES – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/03/2024 a 28/02/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 24/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11504/25.

PAULO CEZAR DA SILVA CASTILHO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 03/04/2023 a 02/04/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11576/25.

PEREIRO JEAN PEREIRA DE SOUZA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2023 a 31/03/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11517/25.

ROSILENE APARECIDA MARTINS PANZIO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 10/01/2025 a 09/01/2026, com o período de concessão para 16/01/2026 a 31/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11592/25.

ROSANE PEDROSO DA SILVA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 10/01/2024 a 09/01/2025, com o período de concessão para 16/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11536/25.

ROSANGELA DA CUNHA CAETANO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 07/08/2024 a 06/08/2025, com o período de concessão para 02/01/2026 a 31/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11577/25.

SABRINA CAROLINE DOS SANTOS MOREI – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 07/08/2024 a 06/08/2025, com o período de concessão para 21/01/2026 a 30/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11546/25.

SALETE SOARES DA SILVA AMARO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/08/2024 a 31/07/2025, com o período de concessão para 12/01/2026 a 21/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11506/25.

SANDRA APARECIDA DA SILVA CUNHA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 13/02/2024 a 12/02/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 08/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11597/25.

SANDRA REGINA DE MELO SANTOS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 12/06/2023 a 11/06/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 19/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11540/25.

SARA DE LIMA ROEMERO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/05/2023 a 01/05/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11596/25.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUATO
Aos 16 de dezembro de 2025.

Moacir Luiz Pereira Valentini
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO 7359/2025

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal nº 1.967 de 19/12/2024.

DECRETA

Art. 1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Des	Org	Unid	Funcional Progr	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
01051	06	009	1339200112021	31997	Manutenção das Atividades de Cultura e Turismo	3.3.90.30	30.000,00
06	009	1339200112021	31997	31997	Manutenção das Atividades de Cultura e Turismo	3.3.90.39	34.000,00
1001	10	003	33030100092034	01051	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.1.90.11	3.000,00
TOTAL							87.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, conforme preceito do Inciso I, do Parágrafo Único, do Art. 5º da Lei Municipal nº 1.967/2024, de 19 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual - LOA), nas seguintes Fontes de Recursos:

Fonte	Nomenclatura	Valor (Em R\$)
01051	Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias	3.000,00
31997	Realização de Decoração Natalina - SEIT - Protocolo nº 24.138.877-8 - Convênio 735/2025 - SIT	84.000,00
77352		
TOTAL		87.000,00

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a incluir/alterar as referidas dotações orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual - LOA/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2025 e no Plano Plurianual - PPA 2022/2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato.
Jussara, 18 de dezembro de 2025.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 375/2025

RESOLVE:

C O N C E D E R – Aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, Férias Regulamentares, conforme dispõe o Artigo 77 do Regime Jurídico Único, Lei Municipal nº 1.710/19.

ARIANE PRECISO LIMA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 13/04/2024 a 12/04/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11538/25.

APARECIDA PIVATO VERSTI – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 25/08/2024 a 24/08/2025, com o período de concessão para 19/01/2026 a 02/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11799/25.

BEATRIZ DE JESUS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/02/2024 a 31/01/2025, com o período de concessão para 08/12/2025 a 27/12/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11775/25.

BRUNO NALIN – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 03/06/2024 a 02/06/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11503/25.

CELINA RODRIGUES DE LIMA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/02/2024 a 31/01/2025, com o período de concessão para 15/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11447/25.

CLAUDIR PEREIRA DOS SANTOS – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/04/2022 a 01/04/2023, com o período de concessão para 15/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11774/25.

CLEBERSON LUCIANO UEDA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 12/11/2023 a 11/11/2024, com o período de concessão para 16/01/2026 a 30/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11534/25.

CHIOFFI MAURICIO YAMAO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/08/2022 a 01/08/2023, com o período de concessão para 06/01/2026 a 25/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11755/25.

DENIZE MONTEIRO SANTOS ARAUJO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 12/06/2023 a 11/06/2024, com o período de concessão para 12/01/2026 a 21/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11510/25.

EDGAR DA SILVA VIEIRA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/05/2023 a 01/05/2024, com o período de concessão para 08/12/2025 a 17/12/2025, conforme requerimento protocolado sob nº 11512/25.

EDVALDO DA SILVA LACERDA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/08/2024 a 31/07/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 19/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11516/25.

EDNEI SABINO DA COSTA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/01/2023 a 31/12/2023, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11592/25.

ERICA VALENTINI COLAUTO OLIVEIRA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/04/2023 a 01/04/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 24/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11754/25.

EDLAINE APARECIDA CARDOSO GALHARDO – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/06/2023 a 01/06/2024, com o período de concessão para 05/01/2026 a 19/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11755/25.

ELAINE PEREIRA BATISTA ROCHA – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 01/04/2024 a 31/03/2025, com o período de concessão para 05/01/2026 a 14/01/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11776/25.


EDNEIA PIMENTA MORGUCHI – Solicita férias regulamentares do período aquisitivo de 02/07/2017 a 01/07/2018, com o período de concessão para 05/01/2026 a 03/02/2026, conforme requerimento protocolado sob nº 11533/25.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUATO
Aos 16 de dezembro de 2025.

Moacir Luiz Pereira Valentini
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Isabel, nº 320

 **Prefeitura Municipal de Japurá**
Avenida Belizário, 303 - Centro - Fone: (49) 3025-1232 - Fax: (49) 3025-1320
e-mail: contabilidade@japurá.pr.gov.br - CEP: 87225-000 - CNPJ: 75.788.349/0001-39 - Japurá/PR.

Estado do Paraná

DECRETO Nº 168/2025

Dispõe sobre a contabilização da programação financeira e cronograma de desembolso para o exercício de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 8º e art. 13 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

DECRETA:

Art. 1º - A movimentação das dotações orçamentárias dos órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Autarquias constantes da Lei nº 048/2025 (Lei Orçamentária Anual), ficam limitados aos valores constantes do Cronograma Financeiro.

Parágrafo Único - Excluem-se do limite máximo de movimentação, as despesas pertencentes aos seguintes grupos de dotação:

I – Relativos aos grupos de despesas:

a) Pessoal e encargos sociais;

b) Juros e encargos da dívida;

c) Amortização da Dívida

II – Destinadas aos pagamentos:

a) As despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado;

b) As despesas decorrentes de auxílios, subsídios e transferências, devidamente autorizadas por Lei específica;

Art. 2º - A realização de despesas incluindo consignação de terceiros e restos a pagar farão parte do mencionado cronograma e sua amortização ocorrerá mediante contabilização do superávit financeiro do exercício de 2025, até o montante da efetiva arrecadação das receitas, constantes do Cronograma Financeiro anexo a este Decreto, e observadas às exclusões do artigo 1º.

[illegible][illegible][illegible]

VI - A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo Contratado/Donatário da Ato, com ou sem o custo, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

VII - Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, com exceção à substituição de peças e componentes.

VIII - As peças que apresentarem vício ou defeito no período de validade da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos originais.

IX - A menos que seja notificado, o Contratado/Donatário da Ato realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado/Donatário da Ato ou pela assistência técnica autorizada.

X - Prazo inicial no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período mediante solicitação escrita e justificada pelo Contratado/Donatário da Ato, aceita pelo Contratante/Órgão Gestor.

XI - No hipótese de subitem acima, o Contratado/Donatário da Ato deverá disponibilizar equipamento equivalente, de acordo com as especificações técnicas, para uso imediato em caráter de emergência.

XII - O Contratado/Órgão Gestor, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a resolução dos reparos,

XIII - O Contratado/Donatário da Ato deverá, para reparos e substituições sem atendimento da solicitação, ficar e o Contratante/Órgão Gestor autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou seu componente, bem como a exigir do Contratado/Donatário da Ato o reembolso pelos custos respectivos, sem que isso implique em perda de garantia.

XIV - O custo relativo ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado/Donatário da Ato.

XV - A garantia legal do contrato do objeto tem prazo de vigência superior e desdobrada daquela fixado na Ata, sendo observada aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirar a vigência contratual.

XVI - Os bens serão recebidos provisoriamente, da forma usual, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, emitido respectivamente pelo Contratado/Donatário da Ato e pelo Contratante/Órgão Gestor para efeitos de controle financeiro de sua conformidade com as especificações contratuais no Termo de Referência e na Ata.

XVII - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações contratuais no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da intimação da rejeição, sob pena, em sua falta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

XVIII - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, emitido respectivamente pelo Contratado/Donatário da Ato e pelo Contratante/Órgão Gestor, a consequente aceitação mediante termo de entrega.

XIX - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do "caput" do art. 8º, do Lei nº 8.666, de 21.06.93, ou 20% (vinte por cento) do limite de que trata o inciso I do "caput" do art. 8º, do Lei nº 8.666, de 21.06.93, não haverá recebimento definitivo pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da rejeição, sob pena, em sua falta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

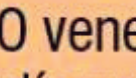
XI - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo dano ou pelo prejuízo da perda ou não entrega de bens ou serviços.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO


O ESCORPIÃO AMARELO

O **veneno** age no **sistema nervoso**. A picada é extremamente dolorosa e a dor se dispersa por todo o corpo. O veneno incide sobre uma região do encéfalo que controla os movimentos respiratórios e cardíacos, o que pode fazer com que a vítima morra por **parada respiratória**

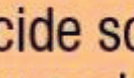
O Aracnídeo (Tityus Serrulatus)




Mede até **7 cm** de comprimento



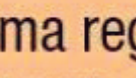
Possui as pernas e a cauda amarelo-claro e o tronco escuro



Pode viver até **10 anos**




Ataca ao sentir-se ameaçado



Tem dois partos com média de **20 filhotes** por ano

Atenção

Em **caso de acidente**, não "sugar" o veneno, não fazer torniquete, incisões ou cutucar o local. Deve-se procurar um médico e, sempre que possível, levar o escorpião junto



Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

METAS ANUAIS

Art. 5º Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais é elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2026 e para os 02 (dois) seguintes.

§ 1º Os valores correntes dos exercícios de 2026, 2027 e 2028 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

§ 2º Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100 (cem).

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 7º De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos 03 (três) Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, está instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos 03 (três) exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo único. O Demonstrativo apresenta em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser realcados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelece onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10. Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deve conter a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais, nos 03 (três) últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, segundo a Portaria nº 2.057/2025 - STN, deve conter o comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias e Financeiras, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11. A compensação estabelecida no § 2º, inciso V, do Art. 4º da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º A renúncia compreende Incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, oriundos da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 12. O Art. 17 da LRF considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a 02 (dois) exercícios.

Parágrafo único. O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 13. O § 2º, inciso II, do Art. 4º da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos 03 (três) exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único. De conformidade com a Portaria nº 2.057/2025 - STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das prévistos para 2026, 2027 e 2028.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 14. A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo único. O cálculo da Meta de Resultado Primário deve obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 15. O cálculo do Resultado Nominal deve obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deve levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deve ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resulta na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, totalizando a Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 16. Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balançotes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2026, 2027 e 2028.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 17. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2026 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2026 a 2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 18. O orçamento para o exercício financeiro de 2026 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 19. A Lei Orçamentária para 2026 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas às despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias nº 42, de 14 de abril de 1990 e 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da STN.

Art. 20. A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 21. O Orçamento para exercício de 2026 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 da LRF).

Art. 22. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2026 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos 03 (três) exercícios e a projeção para os 02 (dois) seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal poderá colocar à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 23. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo, de forma proporcional às suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação, ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado

financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 24. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2026, poderão ser expandidas em até 5% (cinco por cento), tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2025 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 25. Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo único. Os Riscos Fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com os valores destinados à Reserva de Contingência, bem como, os recursos constantes no artigo 43 da Lei Federal nº. 4320 de 17 de março de 1964.

Art. 26. Caso seja necessária à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para cumprimento ao disposto no artigo 2º da LRF, serão fixados em ato próprio os limites de empenho podendo definir percentuais específicos ou montantes estabelecidos para cada Órgão, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

Art. 27. O Orçamento para o exercício de 2026 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto na Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999, art. 5º e Portaria STN nº 163 de 04 de maio de 2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 31 de outubro de 2026, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

§ 3º Na ação "Reserva de Contingência", será provisionado o valor para a cobertura das emendas impositivas da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 28. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 29. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 30. Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2026 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 5º, I da LRF).

Art. 31. A renúncia de receita estimada para o exercício de 2026, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 32. O Executivo Municipal poderá conceder recursos financeiros às entidades que realizem ações, projetos e programas em parceria com o Município, a título de subvenções sociais e contribuições, que atuam nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, turismo, meio ambiente, esporte, saneamento e incentivo ao comércio e indústria para atendimento de despesas de custeio e capital, conforme disposto no § 3º do artigo 12 e nos artigos 16 e 17 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, que atendam as seguintes exigências:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada;
II - possuam título de utilidade pública;
III - atendam aos dispositivos das Leis n.ºs 13.019 de 31/07/2014 e 13.204 de 14/12/2015 (marco regulatório do terceiro setor), onde couber.

Art. 33. A transferência de recursos do Tesouro Municipal para concessão de auxílios, doações e contribuições financeiras a entidades privadas, beneficiará aquelas de caráter educativo, assistencial, social, recreativo, cultural, saúde, esportivo, segurança, meio ambiente, saneamento, geração de emprego e renda e incentivo ao comércio e indústria, voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com repasses municipais deverão realizar a Prestação de Contas dos recursos recebidos, conforme legislação específica (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal - CF).

Art. 34. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no Exercício Financeiro de 2025, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixados na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como, atualizações legais posteriores.

Art. 35. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2026 a preços correntes.

Art. 38. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163 de 04 de maio de 2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da CF), até o limite de 10% (dez por cento) do valor total orçado.

Art. 39. Durante a execução orçamentária de 2026, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades daquele exercício (art. 167, I da CF).

Art. 40. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fiscais realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2026 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas fiscais estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42. A Lei Orçamentária de 2026 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até o limite estabelecido por Resolução do Senado Federal.

Art. 43. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 44. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2026, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2026.

§ 2º O Executivo Municipal, mediante Lei, poderá alterar a data base para reajuste do funcionalismo municipal, inclusive das autarquias e entidades.

Art. 46. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da CF, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2026, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2025, acrescida de 5% (cinco por cento), obedecida o limites prudencial de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II - eliminação das despesas com horas extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 50. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária, com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos 02 (dois) subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

Art. 63. O Imposto Predial e Territorial Urbano de 2026 poderá ter desconto de até 10% (dez por cento) do valor lançado, para pagamento à vista, até 10 de abril de 2026 e 5% (cinco por cento) para pagamento à vista, até 11 de maio de 2026, podendo ser alterado por Ato Legal do Poder Executivo.

Parágrafo único. O pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano de 2026 poderá ser feito em até 06 (seis) parcelas mensais, com vencimento da primeira parcela a partir de 11 de maio de 2026, podendo ser alterado conforme "caput" deste artigo.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se o projeto da lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2026, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 55. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência financeira.

Art. 56. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos 04 (quatro) meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 57. Fica a Administração Pública Municipal autorizada a realizar Parcerias Público-privadas, mediante autorização em lei específica, seguindo os critérios estabelecidos na Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004.

Art. 58. O Executivo Municipal está autorizado a firmar convênios e emendas parlamentares com os Governos Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização do objeto acordado, de competência ou não do Município.

Art. 59. Fica a administração pública municipal autorizada, mediante lei específica, a alterar o valor do Cartão Alimentação, aos servidores públicos do município de Jussara, Estado do Paraná.

Art. 60. O regime de aprovação e execução das emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária de que tratam os §§ 9º ao 18, do art. 166 da Constituição Federal, atenderão ao disposto neste Capítulo.

Art. 61. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais aprovadas ao Projeto de Lei Orçamentária, observado, na execução, o limite estabelecido no § 11 do art. 166 da Constituição Federal.

§ 1º Considera-se execução equitativa a execução das programações que atenda de forma igualitária e impessoal as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 2º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput deste artigo compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 16 do art. 166 da Constituição Federal.

§ 3º Se, durante o exercício financeiro de 2026, for verificada frustração de receitas, a execução orçamentária das programações orçamentárias das emendas individuais poderá ser reduzida na mesma proporção.

§ 4º A garantia de execução de que trata o caput deste artigo, aplica-se também às programações incluídas por todas as emendas de iniciativa de bancada de parlamentares, no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme estabelecido no art. 127, § 9º da Lei Orgânica Municipal, com redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 01, de 21 de junho de 2023.

Art. 62. Para fins de atendimento do valor das emendas impositivas, será provisionado o percentual de 3% (três por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior, junto à reserva de contingência.

§ 1º Para fins de cálculo do valor da receita corrente líquida de que trata o caput deste artigo, considerar-se-á a metodologia estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou a norma que lhe for superveniente.

§ 2º O valor do limite para apresentação das emendas individuais por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no caput pelo número máximo de vereadores, admitido pela Constituição Federal.

§ 3º É vedada



MUNICIPIO DE JUSSARA
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2026
Consolidado

Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	64.584.717,83	
2024	70.027.989,45	108,43
2025	57.865.364,50	82,63
2026	76.454.564,36	132,12
2027	82.033.010,88	107,30
2028	86.798.497,26	105,81

Nota:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	4.808.899,62	
2024	5.416.398,59	112,63
2025	7.246.836,00	133,79
2026	9.648.200,00	133,14
2027	10.373.425,00	107,52
2028	10.787.590,00	103,99

Nota:

Contribuições

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	2.653.090,75	
2024	2.913.114,50	109,80
2025	2.305.276,50	79,13
2026	3.436.366,06	149,07
2027	3.656.173,37	106,40
2028	3.868.805,83	105,82

Nota:

Receita Patrimonial

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	2.558.790,76	
2024	1.994.549,93	77,95
2025	721.683,00	36,18
2026	1.786.373,30	247,53
2027	2.027.685,51	113,51
2028	2.118.462,43	104,48

Nota:

Aplicações Financeiras

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	2.547.452,66	
2024	1.968.662,28	77,28
2025	690.493,00	35,07
2026	1.752.473,30	253,80
2027	1.992.991,51	113,72
2028	2.082.874,43	104,51

Nota:

Outras Receitas Patrimoniais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	11.338,10	
2024	25.887,65	228,32
2025	31.190,00	120,48
2026	33.900,00	108,69
2027	34.694,00	102,34
2028	35.588,00	102,58

Nota:

Receita de Serviços

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	2.443.731,09	
2024	2.711.278,38	110,95
2025	2.850.550,00	105,14
2026	3.508.200,00	123,07
2027	3.683.583,00	105,00
2028	3.868.326,00	105,02

Nota:

Transferências Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	51.473.273,67	
2024	55.222.402,53	107,28
2025	43.871.481,00	79,45
2026	57.535.600,00	131,15
2027	61.725.254,00	107,28
2028	65.560.278,00	106,21

Demais Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	646.931,94	
2024	1.770.245,52	273,64
2025	869.538,00	49,12
2026	539.825,00	62,08
2027	566.890,00	105,01
2028	595.035,00	104,96

Nota:

Receitas Correntes Restantes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	646.931,94	
2024	1.770.245,52	273,64
2025	869.538,00	49,12
2026	539.825,00	62,08
2027	566.890,00	105,01
2028	595.035,00	104,96

Nota:

Receitas de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	6.842.182,42	
2024	4.010.255,05	58,61
2025	67.630,00	1,69
2026	85.000,00	125,68
2027	89.250,00	105,00
2028	93.650,00	104,93

Nota:

Alienação de Bens

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	424.144,20	
2024	206.474,15	48,68
2025	67.630,00	32,75
2026	85.000,00	125,68
2027	89.250,00	105,00
2028	93.650,00	104,93

Nota:

Transferências de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	6.418.038,22	
2024	3.803.780,90	59,27
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00

Receitas Correntes - IntraOrçamentária

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	4.190.162,94	
2024	4.798.111,49	114,51
2025	4.070.005,50	84,83
2026	6.414.435,64	157,60
2027	8.151.739,12	127,08
2028	8.442.852,74	103,57

Contribuições

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	2.244.819,66	
2024	2.434.326,67	108,44
2025	1.590.755,50	65,35
2026	2.744.391,35	172,52
2027	2.881.610,90	105,00
2028	3.025.691,46	105,00

Receita de Serviços

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	395.558,26	
2024	458.784,82	115,98
2025	464.000,00	101,14
2026	702.448,82	151,39
2027	737.571,28	105,00
2028	774.449,83	105,00

Nota:

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	1.549.785,02	
2024	1.905.000,00	122,92
2025	2.015.250,00	105,79
2026	2.967.595,47	147,26
2027	4.532.556,94	152,73
2028	4.642.711,45	102,43



MUNICIPIO DE JUSSARA
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2026
Consolidado

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2023	2024		2025	2026	2028
DESPESAS CORRENTES (I)	55.353.648,45	61.827.267,81	58.285.528,10	76.371.725,41	83.391.712,87	88.132.146,70
Pessoal e Encargos Sociais	30.926.827,15	33.980.569,16	32.500.850,50	43.085.616,60	46.782.811,85	49.323.113,07
Juros e Encargos da Dívida	136.222,42	110.893,04	145.000,00	125.000,00	150.000,00	120.000,00
Outras Despesas Correntes	24.290.598,88	27.735.805,61	25.639.677,60	33.161.108,81	36.458.901,02	38.689.033,63
DESPESAS DE CAPITAL (II)	4.413.193,11	11.124.667,13	2.983.086,89	4.089.297,00	4.264.661,00	4.454.345,85
Investimentos	3.894.916,07	10.736.657,04	2.583.084,89	3.177.296,00	3.331.660,00	3.609.484,50
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	518.277,04	388.010,09	400.002,00	912.001,00	933.001,00	844.861,35
RESERVA DE CONTINGENCIA (III)	0,00	0,00	734.385,01	2.492.977,59	2.617.626,13	2.748.507,45
TOTAL(IV)=(I+II+III)	59.766.841,56	72.951.934,94	62.003.000,00	82.954.000,00	90.274.000,00	95.335.000,00

JUSSARA 23 de setembro de 2025

Comentários

-



MUNICIPIO DE JUSSARA
Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
II a - DESPESA
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
Consolidado

DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	55.353.648,45	
2024	61.827.267,81	111,70
2025	58.285.528,10	94,27
2026	76.371.725,41	131,03
2027	83.391.712,87	109,19
2028	88.132.146,70	105,68

Nota:

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	30.926.827,15	
2024	33.980.569,16	109,87
2025	32.500.850,50	95,65
2026	43.085.616,60	132,57
2027	46.782.811,85	108,58
2028	49.323.113,07	105,43

Nota:

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	136.222,42	
2024	110.893,04	81,41
2025	145.000,00	130,76
2026	125.000,00	86,21
2027	150.000,00	120,00
2028	120.000,00	80,00

Nota:

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	24.290.598,88	
2024	27.735.805,61	114,18
2025	25.639.677,60	92,44
2026	33.161.108,81	129,34
2027	36.458.901,02	109,94
2028	38.689.033,63	106,12

Nota:

DESPESAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	4.413.193,11	
2024	11.124.667,13	252,08
2025	2.983.086,89	26,82
2026	4.089.297,00	137,08
2027	4.264.661,00	104,29
2028	4.454.345,85	104,45

Nota:

Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	3.894.916,07	
2024	10.736.657,04	275,66
2025	2.583.084,89	24,06
2026	3.177.296,00	123,00
2027	3.331.660,00	104,86
2028	3.609.484,50	108,34

Nota:

Inverções Financeiras

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	0,00	
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00

Nota:

Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	518.277,04	
2024	388.010,09	74,87
2025	400.002,00	103,09
2026	912.001,00	228,00
2027	933.001,00	102,30
2028	844.861,35	90,55

Nota:

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2023	0,00	
2024	0,00	0,00
2025	734.385,01	0,00
2026	2.492.977,59	339,46
2027	2.617.626,13	105,00
2028	2.748.507,45	105,00

Nota:

JUSSARA 23 de setembro de 2025



MUNICIPIO DE JUSSARA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2026
Consolidado

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	58.701.723,21	100,00	53.325.564,28	100,00	49.316.876,60	100,00
TOTAL	58.701.723,21	100,00	53.325.564,28	100,00	49.316.876,60	100,00

MUNICÍPIO DE JUSSARA Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS III - RESULTADO PRIMÁRIO Art 4º, § 2º, inciso II da LRF 2026						
Com o lado						
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA	ORÇADA	PREVISÃO			
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES (I)	64.314.173,13	71.812.969,45	57.845.544,58	76.405.423,43	82.333.118,48	84.799.497,28
Recita de Tributos	4.819.899,62	5.416.199,59	7.246.316,48	9.448.261,88	11.731.429,18	13.781.593,18
Recita de Contribuições	2.553.396,75	2.913.114,55	2.215.276,39	3.481.244,58	3.516.173,37	3.461.815,43
Recita Patrimonial	2.518.297,24	1.996.149,01	721.483,48	1.784.273,39	2.427.485,51	2.116.492,43
Aplicações Financeiras (III)	2.547.452,84	1.948.442,28	691.400,18	1.752.247,31	1.902.091,51	2.181.247,43
Outra Recita Patrimonial	1.133,18	25.487,45	3.119,08	33.091,83	24.944,18	33.518,18
Recita de Serviços	2.443.271,18	2.711.279,18	2.815.579,18	3.318.291,18	3.432.153,18	3.447.226,18
Transferências Correntes	51.407.273,67	55.222.402,53	43.871.141,18	57.535.811,18	61.725.254,18	65.561.278,18
Demo Recita Correntes	1.778.245,52	1.845.933,18	539.825,18	546.198,18	595.153,18	595.153,18
Outra Recita Financeira (III)	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18
Recita Correntes Restantes	646.931,94	1.770.245,52	869.538,18	530.825,18	566.899,18	595.035,18
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (II) = (I)-(I-III)	12.837.285,17	61.819.327,17	57.174.871,58	74.702.249,18	81.848.119,37	84.715.822,13
Operações de Crédito (VII)	1.842.181,24	1.842.181,24	1.842.181,24	1.842.181,24	1.842.181,24	1.842.181,24
Amortização de empréstimos (VII)	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18
Aluguel de Ativos (VIII)	424.144,28	286.474,15	67.430,00	85.000,00	89.250,00	93.650,00
Transferências de Capital	6.418.038,22	3.803.780,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas de Capital	1.424.026,90	1.057.635,01	3.897.956,91	3.457.476,91	3.561.201,22	3.778.078,37
Rec. Fiscais de Capital (IX) = (IV-VI-VII-VIII)	6.418.231,22	3.813.781,90	8,18	8,18	8,18	8,18
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (X) = (II + IX)	68.655.303,39	75.632.109,07	57.174.879,76	74.702.257,36	80.040.097,37	84.715.822,13
DESPESAS CORRENTES (XII)	81.827.267,81	81.827.267,81	59.295.328,18	76.371.175,41	81.391.712,87	81.371.175,41
Pessoal e Encargos Sociais	31.928.827,15	31.908.316,18	32.591.551,18	41.855.143,18	46.782.811,85	49.231.113,87
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	118.222,42	118.931,84	140.811,18	125.181,18	131.811,18	126.181,18
Outras Despesas Correntes	24.299.598,01	27.715.851,18	25.593.977,18	33.181.118,18	34.458.181,18	34.948.113,18
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV) = (XII) - (XIII)	55.217.426,83	61.716.374,37	58.146.527,18	76.246.175,41	81.261.712,87	81.245.175,41
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	4.413.190,11	11.124.667,13	2.983.088,18	4.086.297,00	4.264.661,18	4.454.347,18
Investimentos	3.849.916,07	10.736.657,04	2.583.684,89	3.177.296,00	3.331.660,00	3.609.484,50
Invenção de Fins (XVI)	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18
Amortização da Dívida (XVII)	518.277,04	388.010,09	400.000,00	933.000,00	844.861,35	844.861,35
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVIII) = (XV) - (XVI)	3.849.916,07	10.736.657,04	2.583.684,89	3.177.296,00	3.331.660,00	3.609.484,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XIX III)	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX) = (XV) - (XVI) - (XVII)	59.112.342,10	72.453.451,81	61.457.998,00	81.916.999,00	89.190.999,00	94.370.138,65
DESPESA TOTAL	59.766.841,56	72.951.934,94	62.003.000,00	82.954.000,00	90.274.000,00	95.335.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI) - (XIX)	9.342.961,29	-5.992.923,74	-4.283.126,50	-7.214.907,94	-9.180.979,63	-9.654.515,82
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	11.754.191,53	1.267.945,50	-3.737.633,50	-5.887.434,64	-7.307.988,12	-7.691.641,39

FONTE: Sistema Etnic Gestão Pública, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE JUSSARA, emitido em 23/10/2025 às 15h e 52m.

MUNICÍPIO DE JUSSARA Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO NOMINAL Art 4º, § 2º, inciso II da LRF 2026						
Consolidado						
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA	ORÇADA	PREVISÃO			
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.459.049,05	1.087.311,44	1.730.772,27	1.782.695,44	1.836.176,30	1.891.261,59
DEDUÇÕES (II)	10.456.886,05	8.649.855,90	11.373.260,57	11.714.458,39	12.065.892,14	12.427.868,90
Ativo Disponível	11.482.367,66	12.547.812,85	14.830.737,48	15.275.659,60	15.733.929,39	16.205.947,27
Haveres Financeiros	32.153,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(c) Restos a Pagar Processados	1.057.635,01	3.897.956,91	3.457.476,91	3.561.201,22	3.668.037,25	3.778.078,37
Recita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-8.997.837,00	-7.562.544,46	-9.642.488,30	-9.931.762,95	-10.229.715,84	-10.536.607,31
RESULTADO NOMINAL	(b - a) = -8.997.837,00	(c - b) = -7.562.544,46	(d - c) = -9.642.488,30	(e - d) = -9.931.762,95	(f - e) = -10.229.715,84	(g - f) = -10.536.607,31

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2022 - (R\$ 5.177.978,85)

JUSSARA 23 de setembro de 2025

MUNICÍPIO DE JUSSARA Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS V - Montante da Dívida Pública Art 4º, § 2º, inciso II da LRF 2026						
Consolidado						
ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	832.957,93	1.459.049,05	1.087.311,44	1.730.772,27	1.782.695,44	1.836.176,30
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	832.957,93	1.459.049,05	1.087.311,44	1.730.772,27	1.782.695,44	1.836.176,30
DEDUÇÕES (II)	6.010.926,78	10.456.886,05	8.649.855,90	11.373.260,57	11.714.458,39	12.065.892,14
Ativo Disponível	7.402.810,28	11.482.367,66	12.547.812,85	14.830.737,48	15.275.659,60	15.733.929,39
Haveres Financeiros	32.153,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(c) Restos a Pagar Processados	1.424.026,90	1.057.635,01	3.897.956,91	3.457.476,91	3.561.201,22	3.668.037,25
DCL (III) = (I - II)	-5.177.978,85	-8.997.837,00	-7.562.544,46	-9.642.488,30	-9.931.762,95	-10.229.715,84
RESULTADO NOMINAL	-5.177.978,85	-8.997.837,00	-7.562.544,46	-9.642.488,30	-9.931.762,95	-10.229.715,84

JUSSARA 23 de setembro de 2025

MUNICÍPIO DE JUSSARA Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL Art 4º, § 2º, inciso II da LRF 2026						
Consolidado						
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA	ORÇADA	PREVISÃO			
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES (I)	56.714.251,35	61.789.656,54	57.845.544,58	76.405.423,43	82.033.000,88	86.798.497,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.730.785,62	5.334.486,93	7.246.836,00	9.448.261,88	10.373.425,00	10.787.590,00
Recita de Contribuições	2.649.404,96	2.910.355,94	2.246.276,50	3.436.366,06	3.656.173,37	3.868.809,83
Recita Patrimonial	2.558.787,16	1.994.546,98	721.483,48	1.784.273,39	2.027.685,51	2.116.492,43
Aplicações Financeiras (III)	2.547.452,84	1.968.662,28	690.490,18	1.752.247,31	1.902.091,51	2.082.874,43
Outras Recitas Patrimoniais	1.133,18	25.487,45	3.119,08	33.091,83	24.944,18	33.518,18
Recita de Serviços	2.443.478,29	2.711.060,94	2.850.550,00	3.308.200,00	3.463.583,00	3.468.326,00
Transferências Correntes	43.704.863,38	47.068.958,33	43.871.141,18	57.535.600,00	61.725.254,00	65.560.278,00
Demo Recitas Correntes	646.931,94	1.770.245,52	869.538,18	530.825,18	566.899,18	595.035,18
Outras Recitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas Correntes Restantes	646.931,94	1.770.245,52	869.538,18	530.825,18	566.899,18	595.035,18
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I - (II - III))	54.166.798,69	59.820.994,26	57.174.871,58	74.702.091,16	80.040.097,37	84.715.822,13
Operações de Crédito (VII)	6.842.182,42	6.810.255,05	67.430,00	85.000,00	89.250,00	93.650,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguel de Ativos (VIII)	424.144,28	286.474,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	6.418.038,22	3.803.780,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas de Capital	1.424.026,90	1.057.635,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Fiscais de Capital (IX) = (IV - (V - VI - VII - VIII))	6.418.038,22	3.803.780,90	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (X) = (IV + IX)	60.584.836,91	63.632.279,36	57.174.871,58	74.702.091,16	80.040.097,37	84.715.822,13
DESPESAS CORRENTES (XII)	55.353.646,40	81.827.267,81	58.295.328,18	76.371.175,41	81.391.712,87	81.371.175,41
Pessoal e Encargos Sociais	31.908.569,16	32.590.551,18	32.590.551,18	41.855.143,18	46.782.811,85	49.231.113,87
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	136.222,42	110.993,94	145.000,00	125.000,00	130.000,00	120.000,00
Outras Despesas Correntes	24.299.598,82	27.715.851,67	25.593.977,60	33.181.118,18	34.458.181,82	34.948.113,63
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII) - (XIII)	55.217.426,00	61.716.374,77	58.146.528,18	76.246.175,41	81.261.712,87	81.245.175,41
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	4.413.190,11	11.124.667,13	2.983.088,18	4.086.297,00	4.264.661,18	4.454.347,18
Investimentos	3.849.916,07	10.736.657,04	2.583.684,89	3.177.296,00	3.331.660,00	3.609.484,50
Haveres Financeiros	32.153,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVII)	518.277,04	388.010,09	400.000,00	933.000,00	844.861,35	844.861,35
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVIII) = (XV) - (XVI)	3.849.916,07	10.736.657,04	2.583.684,89	3.177.296,00	3.331.660,00	3.609.484,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XIX III)	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18	1.811,18
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XIX) = (XIV + XVIII + XIX)	59.112.342,10	72.453.451,81	61.457.998,00	81.916.999,00	89.190.999,00	94.370.138,65
DESPESA TOTAL	59.766.841,56	72.951.934,94	62.003.000,00	82.954.000,00	90.274.000,00	95.335.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI) - (XIX)	1.472.494,81	-8.826.256,67	-4.283.126,50	-7.214.907,94	-9.180.979,63	-9.654.515,82
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	3.883.725,05	-6.970.487,41	-3.737.633,50	-5.887.434,64	-7.307.988,12	-7.691.641,39

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2022 - (R\$ 5.177.978,85)

FONTE: Sistema Etnic Gestão Pública, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE JUSSARA, emitido em 23/09/2025 às 15h e 52m.